



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 15/2020

CARTA-CONTRATO N. 15/2020

PROCESSO SEI N. [0001538-56.2020.6.22.8000](#)

**CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE
RONDÔNIA, E A EMPRESA EDITORA
NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL
EIRELI - ME, PARA ASSINATURA ANUAL
DO SISTEMA "SOLLICITA".**

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13 com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893/SSP-RO e CPF n. 475.106.849-00.

CONTRATADA: EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o n. 06.132.270/0001-32, com sede na Rua Dr. Brasília Vicente de Castro, n. 111 - Campo Comprido, CEP: 81.200-526, Município de Curitiba/PR, Telefones: (41) 3778-1737/3778-1860/3778-1730/3778-1700/3778-1703, Fax: (41) 3778-1767, E-mails: juliana.grille@negociospublicos.com.br e contato@bancodeprecos.com.br, neste ato representada pelo Senhor **RUDIMAR BARBOSA DOS REIS**, brasileiro, casado, Cédula de Identidade n. 4.086.763-5/SESP-PR, CPF n. 574.460.249-68 e E-mail: r.reis@negociospublicos.com.br.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, Lei 10.406/2002 (Código Civil).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no *caput* do artigo 25, da Lei n. 8.666/93 e Carta-Contrato com fulcro no artigo 62 da Lei n. 8.666/93.

Ato de Autorização da Despesa e Ratificação da Inexigibilidade de Licitação: Despacho n. 828/2020-PRES/DG, de 09/06/2020.

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Contratação da Empresa EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL EIRELI, para prestação de serviço de 1 (uma) assinatura com 1 (um) acesso ao sistema “SOLLICITA”, com as seguintes funcionalidades, além das atualizações durante a contratação:

- I - Pesquisa sistematizada em jurisprudência, pareceres e questões;
- II - Banco de editais e auxílio da elaboração;
- III - Orientações e pareceres em temas de licitações e contratos, limitado a 12 (doze) consultas, com cortesia de mais 2 (duas) consultas, totalizando 14 (quatorze) consultas no período contratado.
- IV - Capacitação continuada por meio de vídeos de eventos promovidos pela empresa;
- V - Contador de prazos para licitações em andamento;
- VI - Analisador de balanços para certames;
- VII - Busca de fornecedores;
- VIII - Banco de penalidades de pessoas jurídicas;
- IX - Agenda eletrônica para organização de compromissos;
- X - Acesso aos periódicos “LICICON”, “NEGÓCIOS PÚBLICOS”, “O PREGOEIRO” e “GOVERNANÇA PÚBLICA”;
- XI - Notícias de atualidades, doutrinas e jurisprudência sobre licitações e contratos; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XII - Acesso via Internet no site www.sollicita.com.br por meio de **login/senha** de uso exclusivo não compartilhado com outras entidades públicas/privadas.

Subcláusula única - Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição o Projeto Básico, a proposta da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, § 1º e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do dia 25/08/2020.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – O valor desta Carta-Contrato é de **R\$ 7.990,00** (sete mil novecentos e noventa reais), consoante proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda – As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do Orçamento Ordinário do TRE-RO, PROGRAMA DE TRABALHO: 02122003320GP0011, ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39-01, Nota de Empenho 2020NE000409, de 10/06/2020, a ser reforçada durante a execução contratual, caso necessário, e consoante detalhado a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA			
CATEGORIA	(TIPO	DE	Orçamento Ordinário (Manutenção Geral) -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ORÇAMENTO)	2020
AGREGADOR	Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA	Assinaturas de Periódicos e Anuidades
PLANO INTERNO	ADM ASSINA

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O pagamento será efetuado após a assinatura deste instrumento, em parcela única, no valor contratado, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pela unidade gestora, aplicadas as retenções legais.

Subcláusula Primeira - Para efetuar o pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT) e Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Subcláusula Segunda - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços. O CONTRATANTE poderá, a seu critério, efetuar o pagamento com a retenção de valores para assegurar eventual aplicação de multa.

Subcláusula Terceira - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Quarta - A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Receber a chave de acesso do sistema, conforme discriminado na Cláusula Primeira desta Carta-Contrato;
2. Não compartilhar a chave acesso com outras entidades públicas/privadas;
3. Certificar a Nota Fiscal referente à assinatura contratada;
4. Anotar nos autos as ocorrências relativas ao cumprimento contratual, mantendo atualizados os documentos próprios dos registros de não funcionamento do sistema e oficiando a CONTRATADA caso ocorra a não utilização do sistema por problemas operacionais da empresa;
5. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
6. Efetuar pagamento conforme contratado;
7. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.
8. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste instrumento contratual e da proposta da contratada, observando o ordenamento jurídico correlato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, XII e XIII, da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Encaminhar ao CONTRATANTE os LOGIN/SENHA de acesso ao sistema SOLLICITA, a partir do início da vigência para uso imediato;
2. Manter ininterruptamente o acesso ao sistema, comunicando com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, as interrupções para eventuais manutenções ou atualizações do sistema, garantindo a compensação do tempo de suspensão/interrupção, quando superior a quatro horas;
3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Tribunal;
4. Substituir, reparar/corrigir/refazer às suas expensas, no prazo determinado pelo gestor do contrato, contados de sua notificação, os serviços em desacordo com as especificações exigidas e/ou contendo falhas, imperfeições ou irregularidades
5. Realizar o objeto da presente Carta-Contrato nas condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento contratual e na proposta da CONTRATADA;
6. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
7. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto desta Carta-Contrato;
8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
9. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE, a ocorrência de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE;
10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial desta Carta-Contrato;
11. Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas na proposta e neste instrumento contratual, observando o ordenamento jurídico correlato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 67, da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – A gestão e a fiscalização desta Carta-Contrato será realizada pelo titular da Seção de Licitações e Compras (SLC) do TRE-RO, ou por seu substituto, na sua ausência, competindo a esse as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

Subcláusula Primeira - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

Subcláusula Segunda - A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços

Subcláusula Terceira - Os procedimentos adotados são os previstos nesta Carta-Contrato, no Projeto Básico, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – O descumprimento injustificado da obrigação assumida sujeita à CONTRATADA a multa moratória, consoante o caput e §§ do artigo 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

- I – Suspensão/Interrupção do sistema, não comunicado antecipadamente:
 - a) em prazo superior a 4 (quatro) horas úteis: multa de 1% (um por cento);
 - b) em prazo de 1 (um) dia útil, até o limite de 9 (nove) dias úteis: multa de 1% (um por cento) ao dia, até o limite de 9% (nove por cento);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) a partir de 10 (dez) dias úteis: multa de 10% (dez por cento), podendo caracterizar a inexecução contratual.

II - Suspensão/Interrupção do sistema a partir de 10 (dez) dias úteis, ainda que comunicado antecipadamente, sujeita a CONTRATADA à aplicação de multa de 10% (dez por cento), podendo caracterizar a inexecução contratual.

III – Em qualquer dos casos previstos nos itens I e II, se comprovadamente não houver qualquer prejuízo, poderá a Administração deixar de aplicar a sanção ou aplicar sanção menos gravosa, sem prejuízo do dever de reposição dos dias em que o sistema esteve indisponível.

Subcláusula Primeira – Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação:

a) primeiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, multa de 1% (um por cento);

b) segundo atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, multa de 2% (dois por cento);

c) terceiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, multa de 3% (três por cento);

d) quarto atraso de 1 (um) dia ou primeiro atraso superior a 1 (um) dia, poderá caracterizar como inexecução contratual.

Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, o CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Terceira - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si, inclusive com a penalidade de multa e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Projeto Básico, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE/RO.

Subcláusula Quarta - As multas e demais sanções previstas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros.

Subcláusula Quinta - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Sexta - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Oitava - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Nona - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Subcláusula Décima - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Primeira - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Segunda - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União - DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Terceira - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União - DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quarta – Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Quinta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Sexta - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Sétima - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Oitava – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Nona- Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos a que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Penalidades” deste instrumento.

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da administração; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 7, de 18 de outubro de 2005, constitui causa de rescisão contratual a contratação, pela empresa contratada, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela Administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Segunda – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93

Subcláusula Terceira – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – Havendo alteração unilateral desta Carta-contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Art. 55, XI e XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicar-se-ão a Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, a Lei 10.406/2002 (Código Civil e a Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta carta-contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho.

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento, que depois de lido e ratificado é assinado pelas partes e testemunhas abaixo:

Porto Velho-RO, 10 de junho de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	RUDIMAR BARBOSA DOS REIS Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva	Aldací Souza Mota



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CPF: 567.849.102-49

Testemunha

CPF: 326.504.772-53

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **RUDIMAR BARBOSA DOS REIS, Usuário Externo**, em 10/06/2020, às 16:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/06/2020, às 18:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 12/06/2020, às 09:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 12/06/2020, às 11:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0546384** e o código CRC **32D4AE48**.

0001538-56.2020.6.22.8000

0546384v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 10/06/2020 15:48:54.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 1/2020 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC

1 - INTRODUÇÃO

Elabora-se o presente Projeto Básico, nos termos do art. 6º, IX e art. 7º, I, da Lei nº 8.666/93, da Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE-RO e da Resolução TSE nº 23.234/2010, tendo em vista a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de assinatura anual de acesso ao sistema "SOLLICITA".

2 - OBJETO

Contratação da pessoa jurídica EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA, **CNPJ** 06.132.270/0001-32, para prestação de serviço de uma assinatura com 1 (um) acesso ao sistema "SOLLICITA", pelo período de 12 (doze) meses, conforme proposta ([0538060](#)).

Em síntese, o objeto propicia:

- I - Pesquisa sistematizada em jurisprudência, pareceres e questões;
- II - Banco de editais e auxílio da elaboração;
- III - Orientações e pareceres em temas de licitações e contratos, limitado a 12 (doze) consultas, com cortesia de mais 2 (duas) consultas, totalizando 14 (catorze) consultas no período contratado.
- IV - Capacitação continuada por meio de vídeos de eventos promovidos pela empresa;
- V - Contador de prazos para licitações em andamento;
- VI - Analisador de balanços para certames;
- VII - Busca de fornecedores;
- VIII - Banco de penalidades de pessoas jurídicas;
- IX - Agenda eletrônica para organização de compromissos;
- X - Acesso aos periódicos “LICICON”, “NEGÓCIOS PÚBLICOS”, “O PREGOEIRO” e “GOVERNANÇA PÚBLICA”;
- XI - Notícias de atualidades, doutrinas e jurisprudência sobre licitações e contratos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O acesso dar-se-á via Internet no site www.sollicita.com.br por meio de login/senha de uso exclusivo não compartilhado com outras entidades públicas/ privadas.

3 – JUSTIFICATIVA

3.1 DA NECESSIDADE

É fato público e notório que a legislação, a doutrina e a jurisprudência em licitações e contratos têm sofrido constantes modificações, exigindo dos administradores públicos constante acompanhamento, atualização e capacitação no tema.

Por outro lado, os valores para informar e capacitar todos os servidores ao mesmo tempo torna-se muito dispendioso, ainda mais no atual cenário de contenção de despesas.

Nesse contexto, surge uma ferramenta sem par no mercado, que auxilia a Administração Pública na tomada de decisões na área de licitações e contratos, por meio de um sistema repleto de informações relativas ao tema, reunindo informações da jurisprudência, da doutrina e da prática administrativa.

Dentre as funcionalidades citadas no item 2 deste TR, destacam-se como importante auxílio nas atividades da SLC:

I) **PESQUISA SISTEMATIZADA:** Essa ferramenta possibilita à SLC consultar diretamente no banco de dados do sistema como a doutrina e a jurisprudência têm se comportado sobre determinado assunto. Basta digitar o tema na barra de pesquisa que o sistema retorna com as informações. Tal recurso propicia ao pregoeiro agilidade, visto que atualmente a consulta é feita buscando os temas em diversos sites, quando a ferramenta possibilita a reunião dessas informações em um único banco de dados.

II) **SOLLICITA ORIENTAÇÃO:** Essa ferramenta possibilitará à SLC consultar diretamente ao corpo técnico da empresa NEGÓCIOS PÚBLICOS sobre temas em licitações e contratos, podendo solicitar respostas objetivas ou pareceres. Evidentemente que tal ferramenta não retira a necessidade de parecer jurídico do corpo técnico deste Tribunal, até



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por razões de competência legal, mas certamente auxilia na melhor instrução de processos administrativos, reduzindo o número de diligências e retificações.

III) **SOLLICITA PERIÓDICOS**: Essa ferramenta possibilitará acesso aos periódicos LICICON, NEGÓCIOS PÚBLICOS, O PREGOEIRO e GOVERNANÇA PÚBLICA, que são voltados ao gestores e operadores da área de logística de aquisições e contratações.

IV) **CAPACITAÇÃO CONTINUADA**: Essa ferramenta possibilitará à SLC acesso permanente e ilimitado aos vídeos produzidos nos eventos de treinamento e capacitação realizados pela empresa. A ferramenta não substitui a participação nos eventos, visto que não possibilita a apresentação de questionamento aos instrutores, não disponibiliza o material do curso e não certifica a participação. Todavia, o acesso aos vídeos produzidos nos eventos contribui, em muito, para a difusão do conhecimento produzido nos eventos, além de propiciar informações que podem ser muito importantes na tomada de decisões, além de capacitar os servidores de forma contínua, pois permite acesso ilimitado ao conteúdo.

V) **NOTÍCIAS SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS**: Indicustivelmente vai ao encontro da necessidade dos servidores da SLC em manterem-se informados sobre o tema.

Os apontamentos acima demonstram importância dessas ferramentas, sem desmerecer as outras ferramentas ofertadas e indicadas no item 2 que, mesmo em menor grau, mas tomadas em conjunto, podem colaborar bastante nas atividades realizada pela SLC.

Atualmente este Tribunal já possui contratado de um acesso ao sistema em questão. Esse acesso tem sido utilizado pela SLC, dada a sua atividade rotineira de realizar certames licitatórios. A ferramenta tem se mostrado muito útil ao Pregoeiros, dada a diversidade de informações sobre o tema, o que tem contribuído para a melhoria das atividades da SLC e, consequentemente, acaba refletindo em outras unidade do Tribunal.

O contrato atual expira em 24/08/2020 (proc. adm. [0001725-98.2019.6.22.8000](#)), razão pela qual apresentamos este projeto básico, a fim de se evitar a descontinuidade do serviço.

O objeto ora solicita vai ao encontro das necessidades de informação, pesquisa e capacitação continuada dos servidores da SLC e outras unidades que lidam com o tema LICITAÇÕES & CONTRATOS.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.2. DA QUANTIDADE DE ACESSOS E DO PRAZO

O objeto em questão prevê a assinatura de apenas um acesso ao sistema SOLLICITA. Aparentemente parece pouco diante da quantidade de ferramentas que o sistema oferece. Todavia, a única assinatura tem sido suficiente para auxílio às atividades da SCL. Ademais, apesar de ser uma única assinatura, o sistema permite o cadastramento de vários "usuários-padrão". Caso necessário, poderá a Administração futuramente fazer novas contratações com assinaturas de mais acessos, se entender pertinente.

A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do término do contrato atual ([0434616](#)), a fim de que não ocorra problema quanto à continuidade.

3.3 DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o serviço pretendido vai ao encontro de objetivos estratégicos traçados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste Órgão, a saber:

- VISÃO DE FUTURO: Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança;
- VALORES: Ética, celeridade, transparência, eficácia, comprometimento e inovação.
- PROCESSOS INTERNOS: Combate à corrupção e à improbidade administrativa.
- PESSOAS E RECURSOS: Aperfeiçoamento da gestão de pessoas e fortalecimento da governança.

3.4. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Acerca da sustentabilidade, é importante destacar que a comercialização, distribuição e utilização do sistema SOLLICITA não constitui atividade poluidora. Isso porque o sistema é totalmente operacionalizado “*on line*”, na plataforma web da rede mundial de computadores (intranet). Assim, não há que se falar em atividade poluidora, o que afasta exigência dos critérios de sustentabilidade previstos pelo art. 6º da IN 01/201-SLTI para a contratação de serviços.

Ademais, seria inviável tal exigência não somente por conta da utilização por meio eletrônico, como também pelo fato de ser a futura contratada a única instituição a comercializar o produto e este ser exclusivo no mercado.

Por fim, a forma digital de acesso ao conteúdo, bem como a contratação por meio de assinatura e arquivos digitais (sistema SEI) garantem o não consumo de papel e a desnecessidade de impressão o que, por si só, já se constitui prática de sustentabilidade ambiental.

4 – INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Consoante atestado da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação - ASSESPRO ([0538064](#)), a empresa EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA, CNPJ 06.132.270/0001-32, detém exclusividade na autoria e fornecimento, para todo o território nacional, do sistema SOLLICITA.

Em razão disso, diante da exclusividade na prestação dos serviços pela citada empresa, entende-se, *s.m.j*, pela contratação direta, por inexigibilidade de licitação, eis que configurada a inviabilidade fática e jurídica de competição, a teor do que dispõe o art. 25 da Lei nº 8.666/93.

5 – VALOR E ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O valor da prestação do serviço será de **R\$ 7.990,00** (sete mil, novecentos e noventa reais), conforme Carta Proposta da empresa EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA ([0538060](#))

Como se trata de exclusividade, junta-se ao presente Termo de Referência comprovação de que o valor proposto é o preço praticado no âmbito da Administração Pública ([0538065](#)). Importante destacar que o preço é o mesmo praticado no contrato vigente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

As despesas decorrentes do presente Termo de Referência correrão com recursos do **Orçamento Anual de 2020** deste Tribunal, cuja fonte de recurso, Programação orçamentária e natureza de despesa serão:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO): Orçamento Ordinário
(Manutenção Geral) - 2020

PLANO INTERNO: ADM ASSINA

6 - CONTRATO

6.1. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência básico será regulada por Carta-Contrato.

Como condição para assinatura do Contrato, a adjudicatária deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, não podendo estar impedida de contratar com este Tribunal.

Para efetivar a contratação, a adjudicatária deverá assinar o Termo de Contrato, no prazo de 02 (dois) dias úteis, que seguirá a ordem abaixo:

I - Após a efetivação da contratação, a empresa fornecedora será convocada pela Seção de Contratos, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI.

II - Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a empresa fornecedora será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura do Contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação pela Seção de Contratos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Se a adjudicatária recusar-se a assinar, injustificadamente, ou se não apresentar situação regular no ato da assinatura do Termo de Contrato, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á à aplicação de advertência e de multa de até 10% sobre o valor adjudicado.

6.2. DOS DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE

São deveres do contratante:

- I. Receber a chave de acesso do sistema;
- II. Não compartilhar a chave acesso com outras entidades públicas/privadas;
- III. Certificar a Nota Fiscal referente à assinatura contratada;
- IV. Anotar nos autos as ocorrências relativas ao cumprimento contratual, mantendo atualizados os documentos próprios dos registros de não funcionamento do sistema e oficiando a CONTRATADA caso ocorra a não utilização do sistema por problemas operacionais da empresa;
- V. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- VI. Efetuar pagamento conforme contratado;
- VII. Cumprir e fazer cumprir as disposições do instrumento contratual e da proposta da contratada, observando o ordenamento jurídico correlato.

6.3. DOS DEVERES DA CONTRATADA

São deveres da contratada:

- I. Encaminhar ao CONTRATANTE os LOGIN/SENHA de acesso ao sistema SOLLICITA, a partir do início da vigência para uso imediato;
- II. Manter ininterruptamente o acesso ao sistema, comunicando com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, as interrupções para eventuais manutenções ou atualizações do sistema, garantindo a compensação do tempo de suspensão/interrupção, quando superior a quatro horas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Tribunal;

IV. Substituir, reparar/corrigir/refazer às suas despesas, no prazo determinado pelo gestor do contrato, contados de sua notificação, os serviços em desacordo com as especificações exigidas e/ou contendo falhas, imperfeições ou irregularidades;

V. Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas na proposta e no instrumento contratual, observando o ordenamento jurídico correlato.

6.4. DO PAGAMENTO

A Administração Contratante efetuará o pagamento em parcela única, no valor contratado, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal, regularmente certificada.

Para efetuar o pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT).

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços. A contratante poderá, a seu critério, efetuar o pagamento com a retenção de valores para assegurar eventual aplicação de multa.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365 \qquad I = (6/100)/365 \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

Demais obrigações da Contratante e da Contratada estão dispostas na minuta do Termo de Contrato e na proposta da empresa.

6.5. DAS SANÇÕES

6.5.1. Disponibilidade do sistema

O descumprimento injustificado da obrigação manter o sistema disponível sujeita a CONTRATADA à multa moratória, consoante o caput e §§ do artigo 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I – Suspensão/Interrupção do sistema, não comunicado antecipadamente:

- a) em prazo superior a 4 (quatro) horas úteis: multa de 1% (um por cento);
- b) em prazo de 1 (um) dia útil, até o limite de 9 (nove) dias úteis: multa de 1% (um por cento) ao dia, até o limite de 9% (nove por cento);
- c) a partir de 10 (dez) dias úteis: multa de 10% (dez por cento), podendo caracterizar a inexecução contratual.

II - Suspensão/Interrupção do sistema a partir de 10 (dez) dias úteis, ainda que comunicado antecipadamente, sujeita a contratada à aplicação de multa de 10% (dez por cento), podendo caracterizar a inexecução contratual.

III – Em qualquer dos casos previstos nos itens I e II, se comprovadamente não houver qualquer prejuízo, poderá a Administração deixar de aplicar a sanção ou aplicar sanção menos gravosa, sem prejuízo do dever de reposição dos dias em que o sistema esteve indisponível.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.5.2. Descumprimento de determinação do gestor/fiscal

Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação:

- a) primeiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, multa de 1% (um por cento);
- b) segundo atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, multa de 2% (dois por cento);
- c) terceiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, multa de 3% (três por cento);
- d) quarto atraso de 1 (um) dia ou primeiro atraso superior a 1 (um) dia, poderá caracterizar como inexecução contratual.

6.5.3. Outras sanções

As sanções aqui estabelecidas poderão ser aplicadas sem prejuízo de outras previstas no instrumento contratual e na legislação correlata.

7 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A Gestão e Fiscalização do ajuste será realizada pelo titular da **Seção de Licitações (SLC)**, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **ANDERCLEDSON REIS, Chefe de Seção**, em 27/05/2020, às 18:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0540479** e o código CRC **94A44042**.

0001538-56.2020.6.22.8000

0540479v3

Criado por 012257432356, versão 3 por 012257432356 em 27/05/2020 18:08:58.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001538-56.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de Pessoa Jurídica especializada para fornecimento de assinatura anual de acesso ao sistema eletrônico
SOLLICITA – análise da Carta-Contrato.

PARECER JURÍDICO Nº 109 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de processo administrativo aberto pela Seção de Licitações e Compras ([0538059](#)), mediante o qual se busca a contratação da empresa **EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº **06.132.270/0001-32**, autora e distribuidora exclusiva do sistema eletrônico “SOLLICITA”, para fornecimento de assinatura anual, com um acesso e as funcionalidades elencadas no item 2 do Projeto Básico - SLC constante do evento [0540479](#).

02. Carreou-se aos autos proposta comercial da empresa **EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA - ME** ([0538060](#)), certificado de exclusividade fornecido pela **Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO** Regional Paraná ([0538064](#)) e pesquisa de preços realizadas em outros órgãos da Administração Pública ([0538065](#)).

03. A regularidade fiscal e trabalhista da empresa foi comprovada pela declaração emitida pelo SICAF, ainda, anexou-se a Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensa – CEIS e cópia da 5ª alteração contratual da empresa ([0538071](#) e [0538676](#)).

04. Após e-mail SLC ([0538682](#)) com envio de cópia do Projeto Básico ([0540479](#)), a empresa atestou sua concordância com o PB ([0540477](#)).

05. Ressalta-se que, no referido Projeto Básico – PB ([0540479](#)), constam especificação do objeto, justificativa, valor e aderência ao planejamento orçamentário, contrato, pagamento, sanções e anexos.

06. Em seguida, vieram aos autos a Programação Orçamentária PRES/DG/SAOFC/COFC ([0542202](#) e [0542730](#)), no valor de **R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais)**, oportunidade em que a SPOF informou os Pré-empenhos n. 2020PE0000120 e 2020PE0000122 e que *“a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, registrada no processo n. [0002931-50.2019.6.22.8000](#)”*.

07. Na Análise de TR/ PB nº 62/2020 ([0541491](#)) a Coordenadora da COMAP, unidade responsável pela avaliação do PB, nos termos do item **XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 04/08**, concluiu pela regularidade do PB supramencionado ([0540479](#)) e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

manifestou-se no sentido de que a Autoridade Superior adjudique o objeto à proponente, caso aprove o PB.

08. Por fim, a Seção de Contratos – SECONT elaborou a minuta da carta-contrato ([0542336](#)). Dessa forma instruídos, vieram os presentes autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0542350](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

09. Inicialmente, importa esclarecer a possibilidade de contratação por inexigibilidade, com fundamento no art. 25 da Lei n. 8.666/93. O **Manual de Licitações & Contratos**, de autoria do Tribunal de Contas da União, assim estabelece:

Na dispensa de licitação a lei desobriga o administrador de fazer o procedimento licitatório, mesmo quando a competição se mostrar possível, enquanto que na inexigibilidade, a licitação é impossível pela inviabilidade de competição ou desnecessária.

A licitação impossível pela inviabilidade de competição caracteriza-se por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atende às necessidades da administração contratante. (Manual de Licitações & Contratos, TCU, pág. 229).

10. A esse respeito temos o Acórdão TCU Plenário n. 125/2005:

Acórdão 125/2005 Plenário: Não efetue aquisições e contratações por inexigibilidade de licitação quando houver viabilidade de competição, e também nos casos em que houver apenas exclusividade de marca e não exclusividade do produto de interesse da empresa.

11. Como há nos autos declaração da **Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO** Regional do Paraná, informando que a empresa **EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL EIRELI - ME** detém exclusividade no Brasil na distribuição do sistema “SOLLICITA” (0538064) em todo território nacional, entende-se que a contratação poderá enquadrar-se na hipótese de **inexigibilidade de licitação** descrita no **art. 25, caput, da Lei n. 8.666/93**.

12. O PB em análise ([0540479](#)) e seus Anexos, por sua vez, contêm os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei n. 8.666/93, razão pela qual recomenda sua **APROVAÇÃO pela autoridade**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

competente, para cumprimento do disposto no inciso I do § 2º do art. 7º do referido diploma legal.

III – CONCLUSÃO

13. Nesses termos, conclui-se que a contratação requerida pela Seção de Licitações e Compras - SLC poderá ser processada diretamente com a empresa **EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA - ME – CNPJ n. 06.132.270/0001-32**, já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista no **caput do art. 25 da Lei n. 8.666/93**, porquanto demonstrou que está apta a contratar com o setor público, situação que deverá ser reafirmada no ato da contratação.

14. Resta, neste momento, a análise formal dos termos da minuta do instrumento anexada no evento [0542336](#). Pois bem, verifica-se que o referido instrumento se encontra em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

15. Assim, em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações e Contratos, esta Assessoria Jurídica **APROVA** a minuta supramencionada.

16. Por fim, alerta-se para a necessária **ratificação da despesa pela autoridade competente, sugerindo-se, em homenagem ao princípio da Publicidade (insculpido no art. 37 da Constituição Federal), a publicação do ato apenas no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal**, em razão do valor não ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 (**Acórdão TCU 1336/2006-Plenário**).

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 03/06/2020, às 13:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0543261** e o código CRC **BCBC9BC0**.

0001538-56.2020.6.22.8000

0543261v12

Criado por 004577222313, versão 12 por 004891562321 em 03/06/2020 13:05:41.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001538-56.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Licitações e Compras - SLC

ASSUNTO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada para fornecimento de assinatura anual de acesso ao sistema eletrônico "*SOLLICITA*"

DESPACHO Nº 828 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Licitações e Compras, mediante o qual se busca a contratação da empresa **EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº **06.132.270/0001-32**, para fornecimento de assinatura anual de acesso ao sistema eletrônico *SOLLICITA* ([0538059](#)).

Para instruir o feito, juntou-se aos autos a proposta comercial da empresa **EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA - ME** ([0538060](#)), certificado de exclusividade fornecido pela **Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO** Regional Paraná ([0538064](#)) e pesquisa de preços realizadas em outros órgãos da Administração Pública ([0538065](#)).

A regularidade fiscal e trabalhista da empresa foi comprovada através de declaração emitida pelo SICAF, ainda, anexou-se a Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensa – CEIS e cópia da 5ª alteração contratual da empresa ([0538071](#) e [0538676](#)).

Após, expediu-se o e-mail SLC (0538682) encaminhando cópia das minutas de projeto básico e de contrato para ciência (0538074/[0538610](#)), a empresa atestou sua concordância com o PB (0540477).

A SLC elaborou o Projeto Básico n. 1/2020 ([0540479](#)), no qual dimensionou o valor da contratação em **R\$ 7.990,00** (sete mil novecentos e noventa reais), onde constam especificação do objeto, justificativa, inexigibilidade de licitação, valor e aderência ao planejamento orçamentário, contrato, pagamento, sanções e anexos (0540479).

Em análise do Projeto Básico a COMAP concluiu que se encontra em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93 para contratação direta com inexigibilidade de licitação, a ser analisada pela Assessoria Jurídica, nos termos do art. 11 da IN n. 004/2008-TRE-RO ([0541491](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária ([0542202](#) e [0542730](#)) totalizando o valor de **R\$ 7.990,00** (sete mil novecentos e noventa reais), informando a SPOF que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível com o PPA, LDO e LOA.

A Seção de Contratos – SECONT elaborou a minuta da carta-contrato ([0542336](#)) e remeteu os autos para análise da Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral ([0542350](#)).

A AJDG, após análise, concluiu que a contratação em questão poderá ser processada diretamente já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista no **caput do art. 25 da Lei n. 8.666/93**; aprovou os termos da minuta de carta-contrato ([0542336](#)), em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações e Contratos; e alertou para a necessária ratificação da despesa pela autoridade competente, sugerindo a publicação do ato apenas no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal, em razão do valor não ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da lei nº 8.666/93 (evento [0543261](#)).

A SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e se manifestou nos termos do Parecer Jurídico AJDG n. 109/2020, com a contratação direta da empresa Editora Negócios Públicos do Brasil



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ltda. - ME e pela publicação do ato de ratificação da inexigibilidade apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0543429](#)).

Inicialmente, observa-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, uma vez que a empresa detém exclusividade no Brasil para o fornecimento do serviço que se pretende adquirir, restando demonstrada a impossibilidade material do desencadeamento de competição ([0538064](#)).

Compulsando os autos, verifica-se que o Projeto Básico ([0540479](#)), complementado pela proposta da empresa ([0538060](#)) para fornecimento dos serviços, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX; art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, esta Diretora-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade apontada pela AJDG e reconhecida pela SAOFC, constante do art. 25, *caput*, da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

I - Aprovar o Projeto Básico nº 1/2020/SLC ([0540479](#)), pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93;

II - Autorizar a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93;

III - Autoriza a emissão de Nota de Empenho em favor da empresa EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL EIRELI, CNPJ nº 06.132.270/0001-32, no valor de R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais); e

IV - Determinar a publicação da ratificação da inexigibilidade apenas no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), em respeito ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal.

À SAOFC para continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 09/06/2020, às 13:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0545193** e o código CRC **D717AB58**.

0001538-56.2020.6.22.8000

0545193v8



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Criado por 011001942313, versão 8 por 004577222313 em 09/06/2020 13:58:18.

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 10Jun20 NUMERO: 2020NE000409
ESPECIE : 01 - ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 06132270/0001-32 - EDITORA NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL EIRELI
ENDERECO : R DR. BRASÍLIO VICENTE DE CASTRO 111, 10ª ANDAR - CAMPO COMPRIDO
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 81200-526

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

G/SLC NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM ASSINATURA DE SISTEMA, CONFORME PROJETO BÁSICO (0540479), PARECER JURÍDICO DA AJDG (0543261) E DESPACHOS NRS 828 DA DIRETORIA GERAL (0545193) E 972 DA SAOFC (0545705) DO PROC ABAIXO.

CLASS : 1 14122 02122003320GP0011 167832 0100000000 339039 000000 ADM ASSINA

TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE

AMPARO: LEI8666 INCISO: CP PROCESSO: 00015385620206228000

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART25/CP LEI8666/93

NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 7.990,00

SETE MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 01 -ASSINATURAS DE PERIODICOS E AN

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 7.990,00

VALOR DO SEQ. : 7.990,00

SERVIÇO DE ASSINATURA DE ACESSO AO SISTEMA "SOLICITA", PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME PROJETO BÁSICO DA SLC (0540479).

T O T A L : 7.990,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES
DA COSTA
FILHO:16251784253

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

Publicação do Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no Art. 26 da Lei 8.666/93. Contratada: EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL EIRELI - ME, CNPJ nº 06.132.270/0001-32. Carta-Contrato n. 15/2020, assinada em 10/06/2020. Objeto: Prestação de serviço de 1 assinatura com 1 acesso ao sistema "SOLLICITA". Fundamento Legal: 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 12 (doze) meses, a contar de 25/08/2020. Valor: R\$ 7.990,00. PROGRAMA DE TRABALHO: 02122003320GP0011, ELEMENTO DE DESPESA 33.90.39-01, Nota de Empenho nº 2020NE000409, de 10/06/2020. Justificativa: Necessidade de informação, pesquisa e capacitação continuada dos servidores da SLC e outras unidades que lidam com o tema LICITAÇÕES & CONTRATOS do TRE-RO. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico n. 109/2020, de 03/06/2020, MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA – CPF nº 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho Nº 828/2020 - PRES/DG/GABDG, de 09/06/2020, assinado por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF nº 475.106.849-00, Diretora Geral do TRE-RO. Processo: SEI nº 0001538-56.2020.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 12/06/2020, às 09:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0546640** e o código CRC **2816633B**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE CARTA-CONTRATO

Espécie: Extrato da Carta-Contrato 15/2020/TRE-RO, assinada em 10/06/2020. Contratada: EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL EIRELI - ME, CNPJ nº 06.132.270/0001-32. Objeto: Prestação de serviço de 1 assinatura com 1 acesso ao sistema "SOLLICITA". Vigência: 12 meses, a contar de 25/08/2020, não podendo ser prorrogada. Fundamento Legal: Contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93. Valor: R\$ 7.990,00. Programa de Trabalho: 02122003320GP0011, Elemento de Despesa 33.90.39-01, Nota de Empenho: 2020NE000409, de 10/06/2020. Signatários: pela Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, o Senhor RUDIMAR BARBOSA DOS REIS. Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação: Despacho nº 828/2020- PRES/DG/GABDG, de 09/06/2020. Processo SEI nº. 0001538-56.2020.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 12/06/2020, às 09:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0546641** e o código CRC **689052FA**.

0001538-56.2020.6.22.8000

0546641v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 12/06/2020 09:41:34.